

Direitos humanos e decência política

Diana Soller | Observador | 27 de agosto de 2021

Já repeti isto muitas vezes nestes artigos, mas tem de se começar pelo princípio. O sistema internacional transformou-se e com esta transformação, além de outras mudanças, acabaram-se aquilo a que Max Boot chamou as “pequenas guerras da paz”. Trata-se de conflitos que não são diretamente necessários para garantir a segurança nacional, mas que servem diversas finalidades, tão distintas como assegurar o prestígio internacional de um Estado ou defender direitos humanos em Estados em tensão.

Os Estados Unidos fizeram-nas em abundância na sua história. Mas sempre em contexto hegemónico – quando eram líderes do hemisfério ocidental; quando eram os líderes incontestados do Ocidente, durante a Guerra Fria; quando eram a única potência do sistema internacional. Tudo isso mudou desde Obama: não só porque a estratégia escolhida para não declinar mais foi o retraimento estratégico, mas também porque havia – e ainda há, na sociedade norte-americana – uma grande fadiga de guerra. Trump compreendeu e seguiu o mesmo caminho do seu antecessor (usou a força para outros fins, mas sempre de forma massiva e cirúrgica). E Biden acabou – ainda que de uma forma profundamente desajeitada – o que sobrava das intenções de reconstruir Estados não reconstruíveis e de defender os direitos humanos em zonas longínquas.

Ao contrário do que muitas vezes se diz, o liberalismo internacionalista não era, originalmente, a favor da defesa dos direitos humanos a qualquer custo. Woodrow Wilson nunca se referiu a estes, nem como uma prioridade, nem como coisa nenhuma. O presidente acreditava num outro conceito, numa outra síntese: a defesa da nação deveria estar no centro do internacionalismo norte-americano. As nações fariam o que bem entendessem em prol dos seus.

A narrativa mudou por circunstâncias históricas. A primeira foi o facto de o “nacionalismo” (qualquer que fosse) se ter tornado numa palavra proibida e a nação ter passado a ser vista como a raiz de todos os males – a consequência lógica do crescimento do fascismo e das tragédias da II Guerra Mundial. Roosevelt percebeu isso e trocou a narrativa da nação pela narrativa dos “Homens”. A segunda foi o início da Guerra Fria. A União Soviética não tinha qualquer pudor em privar os seus cidadãos dos direitos mais básicos – incluindo o da vida – e os Estados Unidos distinguiam-se dos seus inimigos precisamente por assegurar aos seus cidadãos as condições contrárias. A narrativa dos direitos humanos foi-se entranhando como se sempre lá estivesse e como se as democracias tivessem obrigações especiais perante os povos do mundo.

A questão é que a narrativa dos direitos humanos ficará sempre para além da realidade. Não há potência nenhuma com capacidade para acorrer ao sofrimento humano nos quatro cantos do mundo. Nos anos 1990 pode ter havido a ilusão de que

isso seria possível, dado o poder estrondoso dos Estados Unidos. Mas desde os anos 2010, que é claro que essa possibilidade está longe da realidade. Nos Estados Unidos, a regra, há mais de dez anos, passou a ser a do interesse nacional e dos interesses vitais. Não é uma questão de cor política, é uma questão de poder limitado e de necessidade de reorganizar a posição norte-americana no mundo.

Mas não poder acorrer a todos os aflitos não quer dizer que a retirada do Afeganistão não deva ser feita com decência. Não se pode evacuar o país inteiro. Mas há responsabilidades relativamente àqueles que apoiaram os Americanos e aliados no terreno durante os últimos 20 anos. Nenhum pode permanecer no país. Em nenhuma circunstância. Se a narrativa dos direitos humanos sempre esteve acima das nossas possibilidades, a decência política é compatível com a política de retraimento e com o cumprimento do interesse nacional.

<https://observador.pt/opiniao/direitos-humanos-e-decencia-politica/>